

# Construção da ordem internacional capitalista do Pós-II Guerra: ascensão e queda de Bretton Woods\*

## *The building of the international capitalist order of the post World War II: rise and falling of Bretton Woods*

Vinicius Bandera<sup>1</sup>

### Resumo

Neste texto, pretendemos argumentar que o sistema financeiro de Bretton Woods foi construído dentro de uma correlação de forças bastante assimétrica, na qual os Estados Unidos tiveram um peso predominante para impor sua hegemonia. Nossa argumentação está ancorada metodologicamente pelo realismo da política internacional, através do qual a relação entre os Estados é mais conduzida pela força (disputa por hegemonia) do que pelo consenso. Como resultado, o poder hegemônico dos Estados Unidos foi perdendo sua força inicial, ao longo dos anos 1950 e 1960, enquanto as principais economias europeias, além do Japão, alcançavam altos índices de crescimento econômico, resultando no fim do acordo de Bretton Woods. Nossas fontes são estudos sobre a construção e desconstrução do sistema Bretton Woods.

**Palavras-chave:** Política Internacional. Hegemonia. Bretton Woods. Guerra Fria.

### Abstract

In this text, we intend to argue that the financial system of Bretton Woods was constructed inside of an anti-symmetrical correlation of forces, in which the United States had one weight predominant to impose its hegemony. Our argument is anchored methodologically by the realism of the international politics, through which the relation between the States is lead more by force (dispute for hegemony) of what for the consensus. Like result, the hegemonic power of the United States was losing its initial force, throughout years 1950 and 1960, while the main European economies, beyond Japan, reached high indices of economic growth, resulting in the end of the agreement of Bretton Woods. Our sources are studies of the making and the disruption of the Bretton Woods system.

**Keywords:** International Politics. Hegemony. Bretton Woods. Cold War.

\* Recebido em 08/08/2013.

Aprovado em 01/09/2013.

<sup>1</sup> Pós-doutorando em História Social (USP).

E-mail: [viniciusbandera@gmail.com](mailto:viniciusbandera@gmail.com).

## 1 Introdução

A análise de nosso objeto de estudo, que é a ascensão e queda do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods, está referenciada por uma visão realista de política internacional, em detrimento de uma visão idealista. Visão realista essa que se alicerça principalmente no conceito de hegemonia como a superação dos oponentes pela força, algo que tem derivação de fundamentos da ciência política de Maquiavel (2008) e Hobbes (2006). No século XX, Lênin (1985), no campo socialista, e Morgenthau (1986), no campo capitalista, são duas principais fontes do entendimento da relação entre as nações com base no realismo. Já para os adeptos do idealismo, a política internacional é o locus da busca pelo consenso diplomático, tendo a convivência solidária lockeana e a paz perpétua kantiana como matrizes principais.

Para comandarem, com peso excessivamente assimétrico em seu favor, a construção e o desenvolvimento do Sistema Monetário Internacional (SMI) de Bretton Woods, foi fundamental que os Estados Unidos saíssem de sua tradição de isolacionismo na política internacional, ancorada em uma concepção idealista, e avocassem a hegemonia no mundo capitalista saído da Segunda Guerra Mundial, quando se afirmavam como a única superpotência econômica e tinham apenas a rivalidade da União Soviética no que dizia respeito ao poderio bélico. A opção por tornarem-se gerente e xerife do capitalismo mundial levaria os Estados Unidos a adotar uma linha realista na política internacional, de acordo com os parâmetros sistematizados por Morgenthau (1986), em detrimento da linha idealista anterior.

Bretton Woods, portanto, como veremos neste texto, a despeito de ter sido um concerto entre países então aliados, foi uma espécie de ditado baixado pelos Estados Unidos, tendo a cumplicidade maior da Grã Bretanha e a adesão quase que passiva e subalterna dos demais países, os quais necessitavam estar sob a proteção desse novo SMI (Sistema Monetário Internacional) para sua sobrevivência no campo das trocas internacionais por divisas. À medida que os Estados Unidos tiveram enfraquecida a sua hegemonia no campo econômico, o SMI (Sistema Monetário Internacional) de Bretton Woods passou a entrar em declínio, resultando em sua extinção em 1971.

## 2 Antecedentes de Bretton Woods: o padrão ouro

De 1875 a 1914, temos a chamada “idade dourada” do Sistema Monetário Internacional. Foi a época do SMI regido pelo padrão-ouro sob hegemonia britânica. Padrão-ouro este que, em última instância, era padrão-esterlina (TEW, 1970, p.127-130; HARRISON, 1968, p.12-15). O fato de ter partido na frente na corrida industrial, reforçou sobremaneira a condição de potência militar-econômica que a Inglaterra já detinha no período pré-Revolução Industrial. Como superpotência econômica e bélica, ela impôs a ordem capitalista mundial do pós-Revolução Industrial. Impôs o multilateralismo baseado no padrão-ouro. De modo que, o livre-cambismo a nível internacional, menos do que ser uma evolução natural dos demais países em direção ao capitalismo, que tinha o modelo britânico como epicentro, foi uma imposição da Inglaterra. Para tanto, ela detinha não somente a vantagem de ter o monopólio de levar manufaturados a diversas partes do mundo, mas principalmente o fato de exercer o monopólio dos poderes econômico, militar e político a nível mundial.

Também, o fato de ter partido na frente na corrida industrial e ter imposto uma ordem mundial livre-cambista, permitiu à Inglaterra impor uma nova divisão internacional do trabalho, baseada em praticamente um único país exportador de manufaturas em larga escala (Inglaterra) e o resto do mundo importador dessas manufaturas e exportador de matérias-primas para serem transformadas em novas manufaturas pela indústria britânica.

Entretanto, o surgimento da disputa imperialista pela África e pela Ásia representou um golpe fatal para o padrão-ouro e o princípio do fim do imenso poder que a Inglaterra mantivera na política econômica mundial durante o século XIX. A passagem deste século para o século XX apresentou um novo gerenciamento no mundo capitalista, devido ao surgimento de novas potências imperialistas além da Inglaterra. Abriu-se uma rivalidade interimperialista fundada na emulação econômica entre essas potências, a qual foi canalizada para o neocolonialismo, propiciando a que cada país disputante passasse a praticar um capitalismo nacional em lugar de continuar à deriva do capitalismo multilateral imposto e controlado pela Inglaterra. Por conseguinte, começou a enfraquecer-se a política econômica mundial *lesseférica* baseada no padrão-ouro sob os auspícios britânicos. Já no começo

do século XX, o marco alemão rivalizava com a libra esterlina como moeda internacional.

Lindert, Key currencies and gold [...], observa que o marco alemão foi convertido para 1913 em um ativo monetário de reserva mais popular no continente europeu que a libra esterlina. Isto sugere que a intensa rivalidade comercial entre Alemanha e Gran Bretanha no período final da Primeira Guerra Mundial estava acompanhada de uma rivalidade financeira na qual a Alemanha estava ameaçando o papel financeiro central desempenhado por Londres no sistema mundial (BLOCK, 1989, p. 29, nota 6).

### 3 A criação do SMI de Bretton Woods

No imediato pós-II Guerra Mundial, havia, no plano bélico e político, duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – e, no plano econômico, uma só superpotência: Estados Unidos. Os países da Europa em geral e o Japão estavam extenuados dos pontos de vista bélico, político e econômico. Necessitavam passar por um processo de reconstituição para se recuperarem dos escombros da guerra. Na qualidade de superpotências bélicas e de comandantes da vitória dos Aliados, Estados Unidos e União Soviética dividiram a Europa em duas áreas de influência: a Europa ocidental sob a influência estadunidense e a Europa oriental sob a influência soviética.

Devido, sobretudo à radical diferença ideológica entre a União Soviética e o restante dos países aliados, tornava-se iniludível que a aliança entre eles era meramente circunstancial e não poderia sobreviver além do objetivo por eles demarcado: a vitória sobre os países do Eixo. Nem bem eles alcançaram esse desiderato comum, já começaram a se acentuar as rivalidades entre suas ideologias antagônicas.

Os Estados Unidos saíram da guerra com o seu território-sede intacto (ao contrário das potências europeias e da URSS) e como os maiores credores do mundo, contabilizando uma enorme reserva em divisas, além de uma não menor capacidade de exportar manufaturados e capitais, mercadorias das quais os demais países tinham uma necessidade grandiosa e premente. Isso lhes dava o pressuposto para impor uma nova ordem monetária internacional, a exemplo do que fizera a Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Para tanto, tinham as condições objetivas: eram uma superpotência econômica e militarmente. No entanto, tinha um obstáculo de grande importância,

com o qual a Inglaterra não se deparara nos tempos em que impunha a ordem monetária internacional baseada no padrão-ouro. Ou seja, os Estados Unidos não tiveram uma superpotência bélica rival que se opusesse ao capitalismo e, concomitantemente, tivesse planos e condições objetivas de lutar para impor uma ordem anticapitalista a uma parte considerável do mundo.

Diante dessa conjuntura do imediato pós-IIGM, na qual Estados Unidos e União Soviética lutavam para dividir o mundo em duas zonas de influência, o primeiro país se sentia impelido a não voltar à sua tradição isolacionista, ao seu imperialismo basicamente latino-americano, baseado na *Doutrina Monroe*. Fazia-se mister, do ponto de vista realista, espargir esse imperialismo até onde fosse possível, guardados os limites de sua rivalidade com a URSS, sob o risco de perder aliados potenciais para a influência soviética. Além disso, era necessário exportar o seu elevado excedente de manufaturas e de capitais.

Dentro desse espírito de rivalidade ideológica e da grande oportunidade econômico-financeira de maximizar seu desenvolvimento e sua liderança mundial, os Estados Unidos deliberaram por praticar um capitalismo internacional ao invés do capitalismo nacional que lhes era contumaz e que os levaram à condição de potência-líder do planeta. Dessa opção surgiria, sob a liderança estadunidense, o novo Sistema Monetário Internacional, sobre o qual discorreremos a seguir.

### 4 Os planos White e Keynes

O momento era extremamente favorável a que os Estados Unidos adotassem um capitalismo internacional, tal qual a Inglaterra fizera anteriormente. No entanto, era preciso vencer os defensores do capitalismo nacional não somente dentro dos Estados Unidos, mas principalmente nos países europeus ocidentais e no Japão, que se esforçavam por recuperar suas economias através de um viés protecionista.

No começo da década de 1940, duas altas instituições do governo Roosevelt disputavam impor suas diretrizes à política econômica estadunidense e, por extensão, à política econômica internacional do período pós-guerra: o Departamento de Tesouro e o Departamento de Estado. Na primeira, predominavam os defensores do capitalismo nacional; na segunda, os do capitalismo internacional (BLOCK, 1989).

Segundo os primeiros, era recomendável que a nova ordem econômica mundial capitalista fosse construída de modo que cada país praticasse um capitalismo relativamente autárquico, buscando com isso alcançar altas taxas de emprego e uma proteção contra a ação nem sempre benéfica do capital estrangeiro e contra ameaças deflacionárias, pelo fato de as economias de cada país estarem ligadas a uma convertibilidade comum (Ex.: padrão-ouro). Defendiam que cada país desenvolvesse uma economia planejada pelo Estado. Enfim, propugnavam um desenvolvimento racionalmente sustentado, com base *keynesiana*.

Os partidários da planificação econômica nacional tinham escassa simpatia pelo superávit de exportação ou pela visão multilateral. Estavam a favor de um sistema integrado por capitalismo nacional por causa da prioridade que concediam à busca do pleno emprego. Acreditavam que a manutenção de altos níveis de emprego e o desenvolvimento da planificação nacional por todo o mundo deveriam preceder à abertura das economias ao livre fluxo da inversão e do comércio. Os partidários da planificação econômica nacional se mostravam desconfiados com a inversão privada estrangeira, que consideravam mais destrutiva que construtiva, e estavam muito interessados que os demais países se vissem liberados do risco deflacionário do padrão ouro. Em suma, queriam que todos os países pudessem impor as políticas expansivas keynesianas (BLOCK, 1989, p. 64-65).

Mesmo antes de acabar a IIGM - a partir de fins de 1942-, os Estados Unidos partiram na frente no escopo de organizar um novo SMI para vigorar quando chegasse à paz. Para tal empreitada, cooptaram a cumplicidade britânica. Roosevelt, ele próprio um ferrenho defensor do capitalismo nacional, encarregou o Departamento de Tesouro de formular um projeto de criação de um fundo de estabilização internacional que teria a responsabilidade de mediar as relações monetárias e financeiras no pós-guerra. A escolha significou uma derrota para o Departamento de Estado, que tinha Cordell Hull como Secretário.

A responsabilidade de comandar o projeto recaiu sobre Harry Dexter White, alto funcionário do Departamento de Tesouro. Concomitantemente à elaboração do Plano White, era elaborado o Plano Keynes, como contribuição britânica à nova ordem monetária internacional a ser instalada depois da guerra. Havia também outros planos em jogo, mas somente estes dois chegariam a disputar as atenções dos parlamentares estadunidenses, os responsáveis, em última instância, pela escolha do plano

definitivo e pela sua redação final. A Inglaterra entrava com a contribuição de Keynes e também por ter sido a líder da ordem anterior e continuar sendo o epicentro da *Commonwealth* da área da libra esterlina (ROLFE, 1968, p. 80).

Uma diferença nodal entre os pontos de vista de White e de Keynes é que para este o ouro devia ser definitivamente erradicado como meio de pagamento e substituído por um convênio internacional, enquanto que o primeiro defendia que o padrão-ouro ainda deveria servir de suporte à nova ordem.

O Plano White passou por várias versões até alcançar a versão final, a qual consistiu basicamente na criação de um Sistema Monetário Internacional que permitisse que seus países-membros pudessem harmonizar políticas que maximizassem a busca de pleno emprego sem o risco de esgotamento de suas reservas internacionais. Para isso, era necessário que esses países tivessem acesso a créditos internacionais oriundos de uma instituição comum a todos. Outra preocupação do plano era amalgamar os países a taxas de câmbios fixas, buscando, com isso, evitar controle direto dos governos nacionais (o controle maior seria automatizado multilateralmente entre os países-membros, visando a manutenção do equilíbrio das balanças de pagamentos; o que seria providenciado através de empréstimos do fundo comum aos países deficitários), algo similar ao que já havia existido no padrão-ouro liderado pela Grã Bretanha.

A versão final do Plano White tinha três disposições principais: (1) tipos fixos de câmbio e um preço fixo para o ouro; (2) rechaço dos controles diretos e do bilateralismo para lograr o equilíbrio da balança de pagamentos; e (3) um fundo de moedas que poderiam ser emprestadas aos países em déficit para permitir-lhes superar as dificuldades temporárias na balança de pagamentos e ao mesmo tempo manter a convertibilidade de suas moedas. Foi deixado de lado as estipulações com vistas ao futuro que permitiam ao Fundo vender seus próprios títulos ou ao "Banco" realizar suas próprias inversões.

Ademais, o mecanismo de ajuste que implicava esta proposta seguia sendo notavelmente similar ao padrão ouro. Não havia nenhuma suposição de que um país vincularia sua moeda nacional como ouro, mas estava implícito que um país alcançaria e manteria a convertibilidade em ouro de sua moeda em posse de estrangeiros. Por conseguinte se deveria efetuar o ajuste às dificuldades da balança de pagamentos mediante a deflação e inflação doméstica relativa. (ROLFE, 1968, p. 84-85).

Keynes refutava a vinculação da moeda nacional

ao ouro. Ou seja, ele dava mais ênfase - mais ainda que White (que, como vimos, era também um defensor do capitalismo nacional nos moldes *keynesianos*) - a que cada país se preocupasse em maximizar o pleno emprego e a estabilidade interna dos preços, ao invés de amarrar os países-membros a um multilateralismo que poderia pôr em risco os equilíbrios internos. Em última instância, ele defendia uma ordem monetária internacional constituída de capitalismo nacional. Com relação à fixação dos câmbios, ele a defendia a curto prazo, mas com uma flexibilidade a longo prazo. Outra preocupação central do Plano Keynes era proteger os países-membros deficitários do novo sistema monetário a ser criado. Essa proteção viria através de uma câmara (banco) internacional de compensação, a qual teria o papel de contabilizar os ganhos e as perdas dos países-membros e fornecer empréstimos aos países deficitários, para que estes pudessem manter relativamente equilibrada a sua balança de pagamentos. Ou seja, o peso financeiro de manter a ordem equilibrada recairia mais sobre os países superavitários.

Eram estas as principais características da câmara internacional de compensação proposta por Keynes:

1. O banco (que Keynes denominou União de Compensação) organizaria uma compensação multilateral dos desequilíbrios bilaterais entre bancos centrais, por meio da qual todos os pagamentos internacionais seriam centralizados e dirigidos.
2. As operações da União de Compensação seriam efetuadas em um novo ativo de reserva internacional, denominada por Keynes 'bancor'.
3. Os países-membros poderiam acumular saldos credores ou sacar a descoberto junto à União de Compensação. Haveria cobrança de juros, tanto sobre os saques a descoberto como sobre a propriedade excessiva de créditos em 'bancor'; esta última proposta visava explicitamente incentivar também o ajustamento dos países superavitários, introduzindo uma simetria no ajustamento muito maior do que a existente até então, e reduzindo também o viés deflacionário que uma ênfase apenas no ajustamento de países deficitários acarretava (e, aliás, acarreta) para a economia mundial.
4. A proposta de Keynes implicava a criação de uma grande instituição, que permitiria o acesso incondicional a vultosos direitos de sobregiro de no mínimo 26 bilhões de dólares, sendo que o passivo potencial dos Estados Unidos nesse montante atingiria até 23 bilhões (GRIFFITH-JONES; SUNKEL, 1990, p.45).

Os Estados Unidos (o Congresso estadunidense) acabaram aprovando um documento final, relativo à

constituição do novo SMI, baseado mais no Plano White do que no Plano Keynes, já que este colocava em mãos estadunidenses a principal responsabilidade de arcar financeiramente com os desequilíbrios do Sistema, face ao fato deste país estar com níveis de superávit bem acima daqueles dos demais países.

O Plano White serviu de base à criação do novo Sistema Monetário Internacional, na Conferência de Bretton Woods, em 22 de julho de 1944, denominada Conferência Internacional Monetária e Financeira das Nações Unidas e Associadas, a qual também criou o FMI e o Banco Mundial. O que norteou a fundação do novo SMI foi a preocupação de se criar um Sistema baseado em taxas cambiais fixas, buscando-se evitar as desvalorizações competitivas que se mostraram bastante nefastas para a saúde da economia internacional durante a década de 1930. Basicamente as regras do novo SMI consistiram em:

Os países-membros deveriam fixar uma paridade de suas moedas em relação ao ouro ou ao dólar e deveriam manter as flutuações das taxas de câmbio, no caso de operação à vista, limitadas em mais 1% ou menos 1% da paridade (por exemplo: se dada moeda fosse além do 1%, o banco central desse país ficava obrigado a vender 'x' quantidade de moeda nacional e comprar dólares até fazer voltar o equilíbrio). Caso um país quisesse mudar a paridade, somente poderia fazê-lo com a aquiescência do FMI, o qual não teria o poder de opor-se a uma mudança de paridade que não excedesse a 10%. Somente a partir deste patamar, o FMI teria o poder de opor-se. Essas prerrogativas do SMI e, principalmente, do FMI visavam inibir desvalorizações unilaterais que acabariam por trazer malefícios ao Sistema. Haveria uma convertibilidade fixa do dólar em ouro, segundo a qual os Estados Unidos assumiriam o compromisso de sempre venderem e comprarem o ouro a um preço invariável de US\$35,00 a onça. De modo que, o dólar atuaria como moeda internacional de reserva (Os Estados Unidos levavam grande vantagem nesse novo Sistema, por contarem com cerca de  $\frac{3}{4}$  das reservas mundiais de ouro) (ALIBER, 1976; VOLCKER, GYOHTEN, 1993).

O dólar, pela sua capacidade de intervenção e uso corrente nas transações internacionais, passou a ser a moeda de reserva desejada por todos os países, já que era a única moeda que livremente se convertia em ouro. O FMI atuaria como uma espécie de banco central do novo SMI. Um banco central dotado de uma correlação de forças quase tão assimétrica quanto a que existia na nova ordem econômica capitalista do pós-IIIGM, pois cerca de dois terços de seus votos estavam em poder dos países

desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos. Este país ainda contava com o apoio quase incondicional dos votos dos países latino-americanos, o que fazia aumentar ainda mais o seu poder dentro do FMI e, por conseguinte, na nova ordem capitalista.

O FMI, que foi fundado na Conferência de Bretton Woods e que começou a funcionar oficialmente somente em 27 de dezembro de 1945, era formado de depósitos dos vários países-membros em proporção à sua capacidade econômica. Ele iniciou suas operações com um suporte financeiro de 8,8 bilhões de dólares, sendo 3,2 bilhões oriundos dos Estados Unidos, bem menos do que os 26 bilhões propostos por Keynes como contribuição deste país. Uma função primordial do FMI era fazer cumprir os acordos fundamentais firmados em Bretton Woods, expressos pela fixidez das taxas de câmbio e pela livre convertibilidade das moedas entre si. Também, na qualidade de banco central dos países-membros, ele tinha a função de recomendar estas medidas de ajustes em suas balanças de pagamentos, prestando assistência técnica neste sentido e emprestando dinheiro a médio prazo para a aplicação das medidas de ajustes.

A grande assimetria na correlação de forças econômicas do imediato pós-IIGM era uma variável complicadora para a administração do SMI acordado em Bretton Woods. Por um lado, essa assimetria foi fundamental para que os Estados Unidos tivessem grande poder de impor uma nova ordem capitalista mundial em lugar da desordem que vigorava desde os anos 1930. Por outro lado, o fato de as grandes potências europeias, e ainda o Japão, estarem arrasados economicamente, fazia com que estes países voltassem todas as suas energias para um desenvolvimento acelerado, não somente para recuperar suas economias como também para voltarem à posição de países competitivos no cenário mundial.

## 5 O Plano Williams

Paralelamente, a despeito de o Plano White ter sido preponderante na redação final de Bretton Woods, os defensores de um capitalismo mais agressivo, mais internacionalista, continuavam com muita força nos Estados Unidos, sobretudo através da aliança de banqueiros internacionalistas e o Departamento de Estado. Esses banqueiros se opuseram ao FMI e defendiam uma proposta alternativa, de autoria de John Williams, a qual se tornou conhecida como Plano Williams ou Plano de

Moeda Chave. Por este Plano, os Estados Unidos deveriam recuperar a economia britânica – através de vultoso empréstimo – para tê-la como coadjuvante na imposição de um capitalismo mundial mais agressivo, multilateral, com um mínimo de intervenção governamental. Ou seja, a ideia era reeditar o padrão-ouro, promovendo um capitalismo *laissez-faire*, frente aos capitalisms nacionais da Europa, Japão e outras partes do mundo.

A alternativa proposta por Williams era “o Plano de Moeda Chave”. O miolo deste plano era um enorme empréstimo norte-americano a Grã Bretanha para apoiar o papel internacional da libra. Impulsionada pelo empréstimo, a Grã Bretanha implantaria políticas de comércio multilateral, restabeleceria Londres como um mercado de capital internacional, e cooperaria com os Estados Unidos na administração conjunta da ordem monetária internacional [...] No fundo, o Plano de Williams era uma exortação ao restabelecimento do padrão ouro. Refletia interesses dos banqueiros internacionais norte-americanos que se opunham à proposta do FMI, não porque fosse ineficaz, mas porque temiam que fosse demasiado eficaz. (BLOCK, 1989, p. 87-88).

Os banqueiros estadunidenses queriam reduzir ao mínimo a intervenção dos governos no sistema monetário internacional, por isso eram favoráveis à volta do padrão-ouro. Queriam conquistar o mundo com seus capitais, para isso era mister a ausência de ordens nacionais e internacional sob planejamento estatal, como propugnava o Plano White. Não obstante a aliança formada entre esses banqueiros e o Departamento de Estado, o FMI foi aprovado pelo Congresso estadunidense. Entretanto, a morte de Roosevelt, e a sua substituição por Harry Truman, viria fazer triunfar a proposta do multilateralismo na nova ordem econômica internacional.

## 6 A vitória do multilateralismo do governo Truman

Enquanto Roosevelt esteve à frente do governo, houve, como vimos, um peso maior do Departamento de Tesouro sobre o Departamento de Estado. Com o advento do governo Truman, essa situação se inverteu, fazendo predominar a tese de um internacionalismo mais agressivo para a economia estadunidense, tendo como principal alvo a conquista das economias da Europa ocidental e do Japão, além do estabelecimento de uma linha dura em relação à União Soviética. Os Estados Unidos objetivavam romper as portas das economias europeia e japonesa, que estavam,

nesse momento, praticando um capitalismo nacional, visando a uma recuperação dos estragos da guerra.

Durante o governo Roosevelt, não foi possível a liberação dos vultosos empréstimos necessários para uma rápida recuperação da economia europeia e sob sua influência fora criado um SMI com forte controle estatal. Além disso, o governo Roosevelt permitiu que a Inglaterra seguisse a explorar a relação bilateral com os países da área da libra esterlina, o que dificultava o acesso dos Estados Unidos ao conjunto da economia do Reino Unido. Os novos ideólogos da economia estadunidense, concentrados no Departamento de Estado, viriam a reverter essa herança *rooseveltiana*. O acordo econômico de Bretton Woods, que fora criado por imposição dos Estados Unidos, veio a sofrer uma mudança fundamental em seus desígnios, novamente por imposição dos Estados Unidos. Em outras palavras: o Departamento de Estado trocou a influência do Plano White pela influência do Plano Williams sobre o acordo de Bretton Woods, o que significava impor ao mundo capitalista o capitalismo internacional liderado pelos Estados Unidos. Para essa mudança, contaram, mais uma vez, com a cumplicidade da Inglaterra, mediante a concessão de um volumoso empréstimo a este país, como ajuda em sua recuperação do pós-guerra. Tal como a Inglaterra no pós-Revolução Industrial, os Estados Unidos queriam o livre comércio com os demais países capitalistas, pois o momento era-lhe sumamente favorável para isso, dado à sua condição de única superpotência econômica do mundo, condição essa bastante beneficiada pelo enfraquecimento das economias da Europa ocidental e do Japão. Com relação à Inglaterra, os Estados Unidos queriam não somente conquistar o seu mercado interno, mas também o mercado exterior sob a sua influência: os países liderados pela libra esterlina. Também tencionavam fortalecer esta moeda para poderem contar com a cumplicidade britânica no estabelecimento de uma ordem econômica capitalista multilateral.

Os objetivos estadunidenses em relação à Grã Bretanha, tal como foram definidos pelo Departamento de Estado, tinham duas dimensões. A primeira era a das políticas e das estruturas que a Grã Bretanha deveria abandonar segundo os desejos de Washington. A mais importante de tais estruturas era o sistema de preferência imperial e os aspectos discriminatórios do bloqueio da libra esterlina. O Departamento de Estado queria abrir o Império Britânico para que se concedesse acesso igual ao empresário norte-americano, e isto requeria a abolição dos arranjos preferenciais estabelecidos em 1933. Também requeria a abolição do sistema de concentração de dólares entre os países da Área Esterlina (BLOCK, 1989, p. 9).

Em sua proposta de multilateralismo comercial na economia mundial capitalista, o governo estadunidense precisava vencer as resistências dos países da Europa ocidental (sobretudo Inglaterra, França e Alemanha) e do Japão. Ou seja, precisava fazer com que esses países abrissem suas economias ao livre comércio com os Estados Unidos, impedindo-os de praticar um capitalismo nacional e comércios bilaterais, os quais deveriam ser substituídos por um multilateralismo tendo o dólar por epicentro.

O primeiro passo no sentido de uma economia mundial multilateral foi a abertura da economia da Inglaterra e da área da libra esterlina ao livre comércio com os Estados Unidos. O governo Truman, logo em seu início, cooptou o governo trabalhista britânico para a proposta do multilateralismo econômico, traduzida pelo Plano de Moeda Chave ou Plano Williams. No entanto, é mister ressaltar que para conseguirem dobrar o governo trabalhista foi preciso os Estados Unidos utilizarem de uma chantagem: o governo Truman suspendeu unilateralmente empréstimos à Inglaterra que haviam sido acordados pelo governo Roosevelt e condicionou a liberação dos mesmos à abertura do mercado britânico como um todo (Inglaterra e área da libra esterlina) à economia estadunidense. A Inglaterra concordou com isso e, em troca, começou a receber vultosos empréstimos fundamentais ao seu soerguimento (BLOCK, 1989, p. 101-110).

**7 O Plano Marshall**

Conquistada a abertura da economia britânica, o próximo passo seria fazer o mesmo em relação a outros países da Europa ocidental, além do Japão. O fato de a Europa ocidental estar com a sua economia em um estado lastimável foi fundamental para os Estados Unidos seduzi-la para a sua proposta de política econômica internacional multilateral. E a sua grande arma nesse sentido foi o Plano de Recuperação Europeia, mais conhecido por Plano Marshall, em referência a seu formulador, o Secretário de Estado Marshall que, em 5 de junho de 1947, em discurso na Universidade de Harvard, tornou esse plano conhecido da opinião pública, o qual previa vultosos empréstimos para países europeus.

Recuperando a economia da Europa ocidental e, mais ainda, abrindo-a para um comércio multilateral, os Estados Unidos estariam conquistando o maior mercado mundial de então para a sua expansão econômica. No entanto, era preciso agir rapidamente, pois os principais países da Europa ocidental estavam praticando um capitalismo nacional e também havia o risco do crescimento interno das forças esquerdistas que iam avançando em meio ao caos, além da ameaça expansionista da URSS. Na visão de Washington, a recuperação da economia desses países não apenas os abriria à proposta estadunidense de capitalismo agressivo como também os afastaria da influência esquerdista que estava muito presente neles àquela época. Outra vantagem da reconstrução seria acabar com o comércio bilateral que se estava desenvolvendo entre países europeus e países subdesenvolvidos exportadores de produtos primários, o que se apresentava como um limitador à ambição do Plano Williams pela conquista do mercado mundial até o máximo possível.

Para os Estados Unidos, o comércio multilateral com o mundo capitalista era bastante favorável não somente no que concernia a hegemonizar a exportação de manufaturados, capitais privados e grandes empresas, como também no que concernia à importação de matérias-primas do mundo subdesenvolvido a preços os mais baixos possíveis. A saúde da economia estadunidense dependia que as portas da Europa ocidental se abrissem para os seus investimentos. O Plano Marshall foi a chave que abriu essas portas. Podemos ver tal plano como uma ocupação (econômica) por um país que fora o grande vitorioso ideológico da guerra frente aos países ocidentais e que, por isso, tinha as condições para impor suas diretrizes na nova ordem mundial do Ocidente. Sem poder dar vazão aos seus seguidos superávits somente através do mercado interno, os Estados Unidos investiram pesadamente na recuperação das economias europeia e japonesa, para que ambas pudessem sustentar o peso maior de importar mercadorias e investimentos estadunidenses.

## 8 A ingerência dos Estados Unidos sobre a economia e a geopolítica da Europa ocidental

O Congresso estadunidense acabou aprovando o envio de um excessivo volume de verbas públicas para a recuperação econômica europeia. No entanto, essa aprovação, como salienta Fred Block (1989), só foi possível devido ao clima de Guerra Fria, pelo qual se tornava

imperativo que os Estados Unidos afastassem de vez a Europa ocidental da influência soviética ou esquerdista de qualquer tipo. O Plano Marshall impôs a política econômica estadunidense à Europa ocidental e salvou esta importante área estratégica e econômica da influência anti-*laissez-faire* que a ameaçava. Os efeitos do Plano se fizeram sentir a curto prazo, traduzindo-se em um jogo de soma variável. Um interessante depoimento do ex-chanceler alemão Helmut Schmidt nos dá conta de como se processou a virada econômica na Alemanha.

[...] Até então, havíamos sobrevivido com as poucas rações proporcionadas por nossos cupões, e o dinheiro não fazia na verdade a menor diferença, exceto no mercado negro, em que um único cigarro valia seis reichsmark. De repente, o dinheiro tornou-se essencial. Os cupões de racionamento desapareceram aos poucos ao longo dos dois anos seguintes e as prateleiras das lojas começaram a ser ocupadas com mercadorias que antes preenchiam nossos sonhos: pão, manteiga, fruta e até mesmo café e cigarros. Nossa revolução monetária e econômica jamais teria ocorrido não fosse a existência do Plano Marshall [...] (SCHMIDT, 1997, p.8).

O Plano Marshall permitiu que os Estados Unidos gerenciassem, de certa forma, a economia da Europa capitalista para seus interesses, pressionando os países europeus a desvalorizar suas moedas e criar a União Europeia de Pagamentos (UEP). Pelas desvalorizações, esses países estariam barateando os preços de suas exportações e, assim, poderiam exportar mais e, conseqüentemente, importar mais, parte que interessava sumamente aos Estados Unidos, que ansiavam por incrementar suas exportações para a Europa ocidental. A desvalorização contém um duplo efeito perverso para o país que a pratica: barateia suas exportações e encarece suas importações. Era o que propugnava a política econômica multilateral expressa pelo Plano Williams. E, para conseguir impor as desvalorizações - que eram bem maiores do que as acordadas em Bretton Woods - os Estados Unidos utilizaram mais uma vez de seu imenso poder de barganha.

Os Estados Unidos forçaram as nações a desvalorizarem muito suas moedas usando simplesmente a ameaça de suspender a ajuda do Plano Marshall se não o fizesse. As regras de Bretton Woods, na realidade, previam pequenas desvalorizações, mas a debilidade inicial do pós-guerra exigia uma cirurgia mais profunda: uma reestruturação das taxas de câmbio em relação ao dólar, em vez de desvalorização dentro da faixa 10 - 15% (ROLFE; BURTLE, 1975, p.75).

A UEP era uma maneira de os Estados Unidos



conduzirem a Europa ocidental, através de uma integração regional econômica, ao multilateralismo. A UEP significava quebra de barreiras comerciais e quebra de bilateralismos por parte dos países europeus. O imenso poder de barganha dos Estados Unidos fez com que a UEP fosse criada a 1º de julho de 1950, visando estabelecer uma relação multilateral deste país com a Europa ocidental.

A União Europeia de Pagamentos funcionava do seguinte modo: todos os meses se procedia a um cálculo dos saldos comerciais registrados em cada país nas suas relações bilaterais; de imediato, procedia-se à compensação das dívidas, isto é, se um país A era devedor de B, mas credor de C, a dívida de A era paga a B por C, e por este processo A ficava livre; uma vez calculados os saldos e compensados, os países que se constatava serem devedores tinham de pagar aos credores, em ouro ou em dólares, as quantidades correspondentes aos saldos registrados; se, dado o volume dos pagamentos a realizar, não tivessem reservas suficientes, ou estas fossem diminuir sensivelmente, a União podia fornecer-lhes um crédito a curto prazo para fazerem face aos compromissos (ESTEVE, 1979, p.62-63).

A UEP proporcionava a que seus países-membros pudessem realizar trocas econômicas sem a necessidade de dispor de dólares para realizar a convertibilidade de suas moedas, o que era uma forma de se romper com o bilateralismo e se avançar para um incipiente multilateralismo, tendo, por isso, contado com o apoio econômico dos Estados Unidos. No entanto, essa União foi um expediente criado para durar provisoriamente, até que os países europeus pudessem atender a um dos pré-requisitos de Bretton Woods: fazer a convertibilidade de suas moedas ao dólar. Além das desvalorizações de suas moedas e da UEP, os países europeus, sobretudo os mais desenvolvidos, viram-se premidos, pelo clima de Guerra Fria, a rearmar suas forças armadas, o que implicava um incremento de suas relações (assimétricas) com os Estados Unidos sob dois aspectos: importação de material (e tecnologia) bélico de procedência estadunidense e permissão para que bases militares dos Estados Unidos se instalassem em diversas partes do território europeu.

O Plano Marshall, ao vencer seu prazo de validade, foi reeditado sob a denominação Administração da Segurança Mútua, a qual representava uma conexão dos interesses estadunidenses e europeus em termos de segurança frente ao inimigo soviético. Essa nova parceria fez o Congresso dos Estados Unidos aprovar o envio de mais

uma quantidade exorbitante de dólares para a Europa. A essa altura, os Estados Unidos se envolveram na Guerra da Coreia, elevando seus gastos em remessa de dólares, armamentos e tropas para a Coreia do sul, aprofundando o seu novo papel – advindo com o pós-IIIGM – não somente de gerente econômico e político, mas também de xerife do mundo capitalista.

Também por essa época, já era considerável o número de bases militares estadunidenses estacionadas em várias partes do mundo, principalmente na Europa ocidental. Tudo isso implicava enormes gastos, enormes *déficits* na balança de pagamentos, enormes fugas de dólares para o exterior, as quais viriam a ter um efeito nefasto sobre a economia estadunidense e, por extensão, sobre a economia capitalista mundial a ela atrelada.

## 9 O descontrolo de Bretton Woods frente à lógica capitalista

A ordem econômica de Bretton Woods começou, de certa forma, desordenada, pelo fato de o ouro e o dólar (sobretudo este) serem as suas únicas moedas efetivamente fortes, oficiais, e somente um país, Estados Unidos, ter um estoque suficiente – muito mais do que suficiente – dessas moedas. De modo que era um jogo no qual um só país poderia começar jogando, enquanto os outros tinham que ficar como assistentes, até que tivessem a quantidade necessária de ouro e/ou dólar para serem competitivos. Também o FMI tinha essas duas moedas em volume competitivo, mas a esta instituição estava reservado, h menos teoricamente, o papel de árbitro nesse jogo. Para o jogo começar – para que a “grande roda” (SMITH, 1988) começasse a funcionar – foi preciso que os Estados Unidos concedessem parte de seu excesso para os demais jogadores com potencial de virem a ser competitivos, ficando excluídos dessa concessão os países sem potencial devirem a ser competitivos a médio prazo, ou seja, os países do chamado Terceiro Mundo.

Os Estados Unidos nada mais fizeram do que render-se à lógica de mercado, por isso, intencionalmente, perderam os primeiros lances do jogo, provocando *déficits* seguidos em sua balança de pagamentos para poder criar liquidez internacional, sem a qual seria praticamente inviável que o jogo começasse em tempo o mais rápido possível, face ao perigo soviético e à necessidade de os Estados Unidos aproveitarem a oportunidade ímpar em sua história de multiplicar o seu alto nível de divisas e

aprofundarem a sua liderança econômica, militar e política. Além disso, havia a necessidade de os países europeus e o Japão saírem dos escombros provocados pela guerra. Assim, a primeira providência do SMI de Bretton Woods foi reativar, sob o patrocínio dos Estados Unidos, o mercado internacional capitalista:

Se configurou uma situação pela qual os países europeus e o Japão registravam superávits permanentes em suas balanças de pagamentos, acumulando as reservas que necessitavam. Por sua parte, a balança de pagamentos dos Estados Unidos registrava déficits persistentes, financiados com um incremento de seus passivos externos que correspondiam à acumulação de dólares por parte dos países superavitários (CEPAL, 1986, p.12).

Essa fase inicial da nova ordem econômica mundial capitalista equivaleu a um “*desequilíbrio benéfico*”, por ter permitido, à custa dos intencionais *déficits* estadunidenses e das desvalorizações de moedas competidoras com o dólar – em suma, à custa de inobservâncias às regras básicas de Bretton Woods –, levar os países do Grupo dos Dez a entrarem no jogo, ao se tornarem capazes de fazer a convertibilidade de suas moedas.

[...] Uma nova máquina de dinheiro-desta vez, o fluxo de déficits em ouro e dólar dos Estados Unidos e, em menos grau, também para a Grã-Bretanha-alimentava um crescimento das exportações e um aumento de liquidez nas outras nações do Grupo dos Dez que, por sua vez, alimentavam sua recuperação e desenvolvimento. Antes que essa máquina pudesse operar, eram necessárias desvalorizações maciças das outras moedas frente ao dólar; estas foram concluídas (exceto no que se refere à França) em 1949. E a base para esse crescimento maciço no exterior ocorreu na primeira fase do sistema de Bretton Woods, até 1958, um período a que chamamos, aqui, de “*desequilíbrio benéfico*”, durante o qual as regras do sistema foram virtualmente suspensas por acordo geral. Essa suspensão permitiu que as nações em recuperação empregassem controles de câmbio e uma variedade de medidas que fugiam ao princípio de liberdade de comércio e investimento-objetivo de Bretton Woods (ROLFE; BURTLE, 1975, p. 82).

Se a forte assimetria na correlação internacional de forças do mundo capitalista do pós-IIGM foi fundamental para a criação de uma nova ordem econômica capitalista - ao contrário da correlação de forças do entreguerras, a qual não permitiu a criação de uma ordem econômica internacional estável -, ela teve também o seu lado frágil por ter sido criada atrelada basicamente a um só país: Estados Unidos. Como corolário, o SMI acabaria saindo do controle de capitais públicos (Estados concer-

tantes em Bretton Woods) para o descontrole de capitais privados e para o descontrole do capitalismo propriamente dito.

## 10 A ascensão da Europa ocidental e do Japão

Os *déficits* produzidos pelos Estados Unidos eram úteis para si, por que transferiam divisas para os seus principais parceiros comerciais, os países mais desenvolvidos da Europa e o Japão, os quais passavam a ter o poder de comprar mercadorias, sobretudo estadunidenses. Paulatinamente, a ordem econômica mundial foi adquirindo uma dinâmica mais competitiva, pois a lógica do capitalismo levou os países recém-recuperados (países mais desenvolvidos da Europa ocidental e Japão) a não se satisfazerem apenas com a recuperação econômica, mas a disputarem a ponta com os Estados Unidos, o que já viria a acontecer por volta de fins da década de 1960, quando o Japão e a Alemanha já se apresentavam como potenciais econômicas rivais da grande nação americana.

Na esteira desse crescimento econômico, surgiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que contrariava aos interesses dos Estados Unidos por defender um comércio bilateral entre seus membros. Em 1957, através do Tratado de Roma, os Estados Unidos, defensores da tese do multilateralismo, manifestaram a sua contrariedade à proposta de “grande Europa” representada pela formação da CEE (TAMANES, 1965; MONNET, 1986).

Também os Estados Unidos se opuseram - ainda na fase do “*desequilíbrio benéfico*” - a que os países europeus ocidentais, sobretudo França e Alemanha, entrassem para o seleto clube de armas nucleares, que tinha basicamente dois “sócios” (Estados Unidos e URSS), e pressionaram para que eles continuassem investindo tão-somente no aumento de suas armas convencionais (TAMANES, 1965; MONNET, 1986), o que era altamente favorável aos interesses estadunidenses, que monopolizavam as vendas e as tecnologias dessas armas.

Como vimos anteriormente, a UEP foi um arranjo provisório - dentro do espírito de “pequena Europa” - até que os países da Europa ocidental tivessem condições de arcar com as convertibilidades de suas moedas, o que foi alcançado no final de 1958, quando cerca de quinze países europeus restabeleceram a convertibilidade de suas moedas. Imediatamente, em dezembro do mesmo ano, a UEP foi extinta. O restabelecimento da convertibilidade por parte das moedas europeias atendia a um dos pré-requi-

sitos de Bretton Woods, o qual tinha na convertibilidade das principais moedas, ou moeda dos principais países, a sua peça-chave. Por isso, costuma-se dizer que o acordo de Bretton Woods começou a ser praticado efetivamente a partir dessa convertibilidade das moedas europeias:

A restauração da convertibilidade europeia foi a culminação da luta norte-americana pelo restabelecimento do capitalismo liberal na Europa Ocidental e pelo retorno do comércio e dos pagamentos internacionais a uma base multilateral (BLOCK, 1989, p.204).

A partir dessas convertibilidades aumentou em muito o risco para a estabilidade do SMI, pois o que afetava a um país passou a afetar com mais intensidade aos outros. Foi então que os *déficits* estadunidenses passaram a deixar de ser benignos para serem malignos ao sistema.

## 11 A erosão de Bretton Woods

A continuidade dos *déficits* estadunidenses era um grande fator de risco para a existência do jogo, pois o mesmo se fundava na capacidade de os Estados Unidos manterem a convertibilidade do dólar em ouro ao preço acordado de 35 dólares a onça. Os contínuos *déficits* na balança de pagamentos dos Estados Unidos, isto é, a contínua saída de grandes quantidades de dólares, acabaria colocando em risco o SMI, pois ia debilitando a capacidade deste país manter a convertibilidade do dólar em ouro de acordo com Bretton Woods.

Podemos dizer que Bretton Woods foi útil para recuperar as potências capitalistas mais afetadas pela guerra-países da Europa ocidental e Japão. A partir dessa recuperação, a iniciativa privada passou a desprezar os limites impostos por Bretton Woods. Para tanto, foram fundamentais a invasão de multinacionais estadunidenses - sobretudo na Europa-e a formação dos eurodólares. Estes dois fatores foram tirando o SMI do controle público estabelecido pelos Estados acordados em Bretton Woods para o descontrolo privado.

Também é preciso sublinhar que, ao passarem de uma situação de crise para uma situação de constante ascensão econômica, os países europeus e o Japão se dispuseram a pressionar os Estados Unidos por uma ordem monetária que refletisse a nova correlação de forças mundial, o que implicava o estabelecimento de relações bilaterais à revelia de Washington e de Bretton Woods.

Em 1º de janeiro de 1958, no mesmo ano em que era extinta a UEP (EPU), surgia o Mercado Comum Eu-

ropeu, o qual iria redundar na Comunidade Econômica Europeia, que representava uma integração europeia mais fortalecida, a qual era uma forma da Europa ocidental ir afastando-se da forte assimetria imposta por Bretton Woods.

Enquanto a economia norte-americana seguia em recessão, com uma ligeira recuperação em inícios da década de 60, a atividade econômica despontava na maioria dos países europeus. As exportações globais expandiam-se a despeito da redução das exportações europeias à América do Norte, e o comércio intra-europeu aumentava rapidamente na medida em que os países do Mercado Comum reduziam mutuamente suas tarifas alfandegárias. Embora a Inglaterra, a Itália e o Japão passassem por temporários recuos em sua expansão econômica, a Europa continental continuava o seu círculo virtuoso de crescimento em inícios da década de 1960. Os países do Mercado Comum aumentaram sua produção industrial em cerca de um terço de 1959 a 1963, numa taxa duas vezes mais rápida que a dos Estados Unidos (SOLOMON, 1979, p.65).

A despeito disso, os Estados Unidos continuavam com seus elevados gastos, sobretudo por conta de sua expansão militar. A Guerra da Coreia e o estabelecimento de bases militares suas em várias partes do mundo já lhes tinham custado muito em *déficits*. A Guerra do Vietnã e o constante aumento de seus gastos militares aprofundavam ainda mais esses *déficits*. A economia estadunidense, pouco a pouco, ia sofrendo grandes perdas de capitais, os quais eram drenados para o exterior por conta dos *déficits* seguidos na balança de pagamentos, da emigração de grandes corporações econômicas estadunidenses e do sugamento de dólares pelo mercado de eurodólares, constituído de altíssimas somas de capitais especulativos, buscando lucros exorbitantes a prazos os mais curtos possíveis.

A essa altura, da década de 1960 em diante, já não havia mais a submissão automática, do imediato pós-guerra, dos países da Europa ocidental e Japão em relação aos Estados Unidos. Surgiram vozes expressivas que denunciavam o *status quo* de Bretton Woods e a supremacia dos Estados Unidos no mesmo. De Gaulle se destacou entre essas vozes, a ponto de pregar, em fevereiro de 1965, a extinção do sistema de Bretton Woods e o estabelecimento da volta do padrão-ouro propriamente dito. Além de descontentamentos com relação à Bretton Woods e à forma com que se conduziam os Estados Unidos (principalmente pela continuidade de seus *déficits*), surgiram também várias propostas de reformular o SMI vigente ou mesmo criar um novo

SMI. Nesse ínterim, o Grupo dos Dez e os governadores do FMI buscavam criar um novo meio de liquidez internacional, além dos que já vigoravam: ouro, moedas de reserva (sobretudo o dólar, além da cada vez mais enfraquecida libra esterlina), *swaps* (linhas de créditos mútuos entre bancos centrais) e os direitos de saque automático sobre o FMI. Em setembro de 1967, foi aprovado o esboço que criava a nova moeda do FMI, isto é, os Direitos Especiais de Saques (DES) ou Special Drawing Rights (SDR), que passariam a ser um novo meio internacional de liquidez e uma moeda de reserva internacional. No final de março de 1968, em Estocolmo, o Grupo dos Dez oficializaram a criação dos DES (MOFFIT, 1984, p. 32).

Em 18 de novembro de 1967, a libra dava conta de sua fragilidade em continuar sendo uma moeda de reserva: o governo britânico anunciou a sua desvalorização em 14,3%, passando de 2,80 para 2,40 dólares. No dia anterior, o Banco da Inglaterra havia vendido mais de 1 bilhão de dólares para sustentar a taxa da libra (DEVRIES, 1987; ODELL, 1982). As expectativas imediatamente se voltaram para os Estados Unidos: até quando eles seriam capazes de sustentar a convertibilidade do dólar em ouro acordada em Bretton Woods? Até quando iriam resistir a uma desvalorização de sua moeda?

No mesmo dia da desvalorização da libra esterlina, o Presidente Johnson divulgou um documento oficial assegurando que os Estados Unidos continuariam cumprindo o compromisso acordado em Bretton Woods quanto à convertibilidade do dólar em ouro. No entanto, a essa altura havia muita desconfiança – a qual iria num crescendo – quanto à continuidade dessa capacidade por parte de Washington. Em 15 de março de 1968, foi fechado o mercado de ouro de Londres, o qual se reabriria em 1º de abril do mesmo ano. Nos dias 16 e 17 de março de 1968, os membros do pool do ouro, reunidos em Washington, criaram um mercado paralelo para o ouro (two-tier). De maneira que passavam a vigorar duas cotações autônomas para o ouro: a do mercado oficial continuava a seguir o estipulado em Bretton Woods e a do mercado livre seguiria as variações provocadas pela lei da oferta e da procura. Assim, haveria um mercado para as transações de instituições públicas (bancos centrais, FMI, Banco Mundial, etc.) e um mercado a salvo de instituições públicas, fossem nacionais ou internacionais. Começava a descaracterizar-se um suporte fundamental de Bretton Woods: a cotação oficial do ouro, ainda mais levando-se em consideração que o mercado livre passou a

superar o mercado oficial em volume de transações (TRIFFIN, 1972; PROCHNOW, 1972).

A essa altura, o sistema de Bretton Woods encontrava-se bastante combalido, principalmente porque haviam surgido um sistema monetário e um sistema financeiro internacionais que atuavam praticamente à revelia, à margem dos controles dos Estados, das instituições públicas internacionais e dos controles acordados em Bretton Woods. Ou seja, havia um SMI e um SFI paralelos aos de Bretton Woods. Um SMI e um SFI baseados em moedas advindas da iniciativa privada, sobretudo dos bancos internacionais, que as movimentavam em altíssima rotatividade, produzindo e reproduzindo lucros fantásticos. Essa banca privada, encharcada de eurodólares, tinha na especulação um meio de reproduzir seus lucros. Os empréstimos a países em desenvolvimento, entre os quais os países da América Latina, viriam a ocupar grande parte dessas especulações.

De modo que, no final da década de 1960 e início da década seguinte, o sistema de Bretton Woods se encontrava sobremaneira desfigurado. Os Estados Unidos já não tinham mais condições de alimentá-lo, pois seus *déficits* e inflação continuavam constantes, o que lhes custava graves perdas internacionais, impossibilitando-lhes de cumprir a convertibilidade do dólar em ouro ao custo de 35 dólares a onça, consoante o que fora acordado em Bretton Woods.

Os países da OCDE, a despeito de continuarem dependendo do guarda-chuva militar estadunidense (o que os mantinha em relativa subordinação às diretrizes emanadas de Washington), já estavam em plena competição econômico-financeiro-tecnológica com os Estados Unidos. O Mercado Comum Europeu já era uma realidade e, em junho de 1970, ficou deliberado que, em 1980, seria estabelecido, em definitivo, a sua união monetária e econômica. Por seu turno, o Japão, em constante ascensão, desenvolvia o seu predomínio no leste asiático, sobretudo em seu bilateralismo com os “tigres asiáticos”. Ficava insustentável aos Estados Unidos continuar mantendo a convertibilidade do dólar em ouro a 35 dólares a onça.

[...] O principal fator interno de exclusiva responsabilidade dos Estados Unidos, foi a explosão da dívida federal, conjugada a um déficit crescente na balança de pagamentos. A criação desenfreada de meios monetários para financiar a emissão de bônus do Tesouro tornou insustentável a manutenção da paridade dólar-ouro. A partir de 1965, o duplo déficit do orçamento e

dos pagamentos externos, agravado pelo financiamento da Guerra do Vietnã, traduziu-se por emissões de dólares, cuja conversão ao ouro era pleiteada imediatamente pelos outros países. As reservas de Fort Knox estavam se esvaziando. A impossível conversão dos dólares em ouro, à paridade decidida em Bretton Woods ou próxima a esta, evidenciava todas as contradições do *Gold Exchange Standard*, que haviam sido analisadas por liberais como J. Rueff, consultor de De Gaulle, e por críticos que reivindicavam a análise marxista da moeda (CHESNAIS, 1996, p. 250).

No ano de 1971, a previsão de que, pela primeira vez, desde 1893, os Estados Unidos iriam ter um déficit real em sua balança comercial (estimado em cerca de 6 bilhões em meio de dólares) foi a gota d'água para que o governo estadunidense solapasse as bases de Bretton Woods. No dia 14 de agosto desse ano, Nixon se reuniu com seus assessores econômicos em Camp David e, no dia seguinte, resolveu suspender a convertibilidade do dólar e buscou convencer outros países desenvolvidos a desvalorizarem suas moedas em relação ao dólar, em uma tentativa de evitar que os Estados Unidos desvalorizassem a sua moeda. Além dessa medida radical na economia internacional, que praticamente liquidava com Bretton Woods, Nixon anunciou uma sobretaxa de 10% sobre as importações e congelamento de preços e salários. Estava, então, findado o Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods.

## 12 Conclusão

Como nos propusemos a analisar ao longo deste texto, a construção da nova ordem mundial capitalista do imediato pós-II GM foi resultante de uma correlação de forças bastante assimétrica, na qual os Estados Unidos se apresentavam como detentor da hegemonia para implementar um novo SMI em lugar daquele que fora erodido pelo conturbado e instável período entre guerras.

Vimos que, mesmo sendo aliados e dependentes uns dos outros, sobretudo nos campos econômico e militar, os países capitalistas, marcadamente os do então denominado Primeiro Mundo, disputaram entre si a hegemonia na política econômica internacional, visando a defesa de seus interesses especificamente nacionais, em detrimento de um esforço para a busca de um equilíbrio para o capitalismo internacional. Concomitantemente, havia também a disputa por hegemonia, mais voraz ainda do que a dos capitalismo nacionais, entre os grandes

capitalistas multinacionais (sobretudo os do campo financeiro) por acumulação e concentração de capitais, gerando o mercado paralelo do eurodólar, o que foi, como buscamos mostrar, um fator decisivo para a bancarrota do SMI vigente. No bojo de ambas as disputas, Bretton Woods foi perdendo a sua consistência e entrando em declínio pelo fato preponderante de os Estados Unidos não disporem mais da capacidade econômica de terem uma moeda tão forte quanto antes para arcar com a manutenção da convertibilidade do dólar em ouro a 35 dólares a onça. Assim, Bretton Woods foi de fundamental importância para soerguer a combalida ordem econômica e financeira capitalista do imediato pós-guerra, mas não foi suficiente para manter essa ordem em funcionamento a partir do momento em que ela alcançou um estágio e um ritmo de competição menos desigual por divisas do que quando de seu início.

## Referências

- ALIBER, Robert Z. *O jogo monetário internacional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BLOCK, Fred. *Los orígenes del desorden económica internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- CEPAL. *América Latina: Sistema Monetario Internacional y Financiamiento Externo*. Santiago de Chile, 1986.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEVRIES, Margaret Garritsen. *Balance of Payments Adjustment, 1945 to 1986*. Washington D.C.: International Monetary Fund, 1987.
- ESTEVE, Manuel. *O Sistema Monetário Internacional*. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.
- GRIFFITH-JONES, Stephany; SUNKEL, Osvaldo. *O Fim de uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HARRISON, Anthony. *The framework of economic activity: the international economy and the rise of the state in the twentieth century*. London/Ney York: Macmillan St. Martin's Press, 1968.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: DPL Editora, 2008.
- MOFFITT, Michael. *O Dinheiro do Mundo: de Brettons Woods à Beira da Insolência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MONNET, Jean. *Memórias: a construção da Unidade Européia*. Brasília: UnB, 1986.
- MORGENTHAU, Hans. *Política entre las Naciones: la lucha por el poder y la paz*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.
- ODELL, John. *The International Monetary System*. Princeton: Princeton University Press, 1982.
- PROCHNOW, Herbert. *O Eurodólar*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
- ROLFE, Sidney. *Oro y Poder Mundial: el Dólar, la Libra y los Planos de Reforma*. Buenos Aires: Troquel, 1968.
- ROLFE, Sidney; BURTLE, James. *O Sistema Monetário Mundial: uma reinterpretação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SCHMIDT, Helmut. *Um Longo Caminho pela Frente*. Foreign Affairs: edição brasileira, n. 9. In: *Gazeta Mercantil*, 13 de junho de 1997, p.8.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SOLOMON, Robert. *O Sistema Monetário Internacional (1945-1976)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TAMANES, Ramon. *Formación y Desarrollo del Mercado Común Europeo*. Madrid: Iber-Amer, 1965.
- TEW, Brian. *Cooperación Internacional*. Barcelona: Labor, 1970.
- TRIFFIN, Robert. *O Sistema Monetário Internacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- VOLCKER, Paul; GYOHTEN, Toyoo. *A Nova Ordem Econômica*. Porto Alegre: Ortiz, 1993.